

Terminal XXXIX de Santos S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2021 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores do
Terminal XXXIX de Santos S.A

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Terminal XXXIX de Santos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Terminal XXXIX de Santos S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

As informações e os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outro auditor independente, que emitiu relatório datado de 07 de abril de 2021, sem ressalva.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras


Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.


Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração e com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 29 de abril de 2022


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Danilo Namura Lombardoso
Contador
CRC nº 1 SP 278829/O-3

TERMINAL XXXIX DE SANTOS S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em reais - R\$)

ATIVO	Nota	2021	2020	PASSIVO	Nota	2021	2020
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	141.344.214	34.765.911	Empréstimos e Financiamentos	15	-	52.303.934
Contas a receber de clientes	9	3.384.779	715.302	Fornecedores	12	23.464.683	9.622.291
Partes relacionadas	24	851.297	-	Provisões e encargos sobre a folha de pagamento	13	3.153.783	2.794.719
Estoques	10	3.229.886	1.516.012	Impostos a recolher	14	1.802.617	785.198
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		-	997.237	Imposto de renda e contribuição social	17	1.022.443	-
Impostos a recuperar		-	11.661	Adiantamento de clientes		1.479.138	1.172.200
Adiantamento a fornecedores		-	1.289.188	Instrumentos financeiros derivativos	19	-	4.763.018
Outros créditos		575.378	492.037	Passivo de arrendamento	25	2.438.694	4.220.107
Total do ativo circulante		<u>149.385.554</u>	<u>39.787.348</u>	Partes relacionadas	24	276.070	240.029
				Dividendos a pagar	24	-	7.703.929
				Total do passivo circulante		<u>33.637.428</u>	<u>83.605.425</u>
Não circulante				Não circulante			
Depósito judiciais		256.581	204.453	Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	1.541.180	3.412.912
Imobilizado	11	185.946.590	96.092.612	Empréstimos e Financiamentos longo prazo	15	235.691.435	-
Intangível		202.828	16.695	Passivo de arrendamento	25	44.420.799	31.727.393
Direito de uso	25	45.467.513	34.334.118	Provisão de contingência	18	3.416.372	-
Total do ativo não circulante		<u>231.873.512</u>	<u>130.647.878</u>	Total do passivo não circulante		<u>285.069.786</u>	<u>35.140.305</u>
				Patrimônio líquido	19		
				Capital social		28.000.000	14.200.000
				Reservas de lucros		31.866.805	33.617.009
				Ajustes de avaliação patrimonial		2.685.047	3.872.487
				Total do patrimônio líquido		<u>62.551.852</u>	<u>51.689.496</u>
				Total do passivo		<u>318.707.214</u>	<u>118.745.730</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>381.259.066</u>	<u>170.435.226</u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>381.259.066</u>	<u>170.435.226</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

TERMINAL XXXIX DE SANTOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em reais - R\$)

	Nota	2021	2020
Receita operacional líquida	21	115.241.905	99.687.975
Custo dos serviços prestados	22	<u>(64.831.144)</u>	<u>(57.334.430)</u>
Lucro bruto		<u>50.410.761</u>	<u>42.353.545</u>
Despesas administrativas	22	(14.323.474)	(11.925.810)
Outras receitas operacionais	22	<u>(13.153.759)</u>	<u>(12.777.794)</u>
		<u>(27.477.233)</u>	<u>(24.703.604)</u>
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		22.933.528	17.649.941
Receita financeira		<u>14.420.020</u>	<u>7.106.653</u>
Despesa financeira		<u>(21.420.245)</u>	<u>(9.586.773)</u>
RESULTADO FINANCEIRO	23	(7.000.225)	(2.480.120)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>15.933.304</u>	<u>15.169.821</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	17	(6.942.678)	(5.883.038)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	<u>1.871.731</u>	<u>875.197</u>
		<u>(5.070.947)</u>	<u>(5.007.841)</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>10.862.357</u>	<u>10.161.980</u>
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO		<u>2,58</u>	<u>0,72</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

TERMINAL XXXIX DE SANTOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em reais - R\$)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	10.862.357	10.161.980
Outros resultado abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>10.862.357</u>	<u>10.161.980</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

TERMINAL XXXIX DE SANTOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em reais - R\$)

	Nota	Reservas de lucros				Total das reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
		Capital social	Reserva para retenção de lucros	Reserva legal	Reserva para investimento				
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		14.200.000	12.184.622	3.501.419	7.002.837	22.688.878	4.638.638	-	41.527.516
Realização do custo atribuído	20.d	-	-	-	-	-	(766.151)	766.151	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	10.161.980	10.161.980
Dividendos distribuídos/antecipados (R\$ por ação)		-	-	-	-	-	-	-	-
Destinações do lucro líquido:									
Reserva legal	20.b	-	-	(661.419)	-	(661.419)	-	661.419	-
Reserva para investimento	20.b	-	-	-	1.016.198	1.016.198	-	(1.016.198)	-
Constituição da reserva de lucros	20.b	-	10.573.352	-	-	10.573.352	-	(10.573.352)	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		14.200.000	22.757.974	2.840.000	8.019.035	33.617.009	3.872.487	-	51.689.496
Realização do custo atribuído	19.d	-	-	-	-	-	(1.187.440)	1.187.440	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	10.862.357	10.862.357
Destinações do lucro líquido:									
Integralização de Capital/ Constituição - Reserva legal	19.b	2.800.000	-	(2.256.882)	-	(2.256.882)	-	(543.118)	-
Integralização de Capital/ Constituição - Reserva para investimento	19.b	8.000.000	-	-	(6.913.764)	(6.913.764)	-	(1.086.236)	-
Integralização de Capital - Reserva de Lucros Acumulados	19.b	3.000.000	(3.000.000)	-	-	(3.000.000)	-	-	-
Constituição da reserva de lucros	19.b	-	10.420.443	-	-	10.420.443	-	(10.420.443)	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		28.000.000	30.178.417	583.118	1.105.271	31.866.805	2.685.047	-	62.551.852

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

TERMINAL XXXIX DE SANTOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em Reais)

	2021	2020
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
RESULTADO DO EXERCÍCIO	10.862.357	10.161.980
AJUSTES PARA CONCILIAR O RESULTADO ÀS DISPONIBILIDADES GERADAS PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Depreciação e amortização	9.838.101	2.498.636
Amortização do direito de uso - CPC 06 (R2)	2.625.097	2.321.158
Imposto de renda e contribuição social correntes	6.942.678	5.883.038
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.871.731)	(875.197)
Valor residual do ativo imobilizado baixado	3.636.659	1.118.294
Valor residual do ativo tangível baixado	441	
Provisão para obsolescência dos estoques	74.654	(98.712)
Juros de passivo de arrendamento - CPC 06 (R2)	1.844.109	2.578.459
Varição no valor justo de instrumentos financeiros derivativos	(4.763.018)	4.763.018
Juros e variação cambial s/ empréstimos e financiamentos	-	(3.996.066)
Provisão para Contingências	3.416.372	
(Aumento) redução nos ativos operacionais		
Redução em contas a receber de clientes	(2.669.476)	1.083.160
Redução em partes relacionadas	(851.297)	333.763
(Aumento) em estoques	(1.788.527)	(236.658)
(Aumento) em impostos a recuperar	1.008.898	(1.008.898)
(Aumento) redução em adiantamento a fornecedores	1.289.188	(1.263.099)
(Aumento) em depósitos judiciais	(52.128)	(75.529)
(Aumento) em outros créditos	(83.341)	(50.635)
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Aumento (redução) em fornecedores	13.842.392	79.367
Aumento em provisões e encargos sobre a folha de pagamento	359.064	396.864
(Redução) em impostos a recolher	1.017.419	(486.259)
Aumento em adiantamento de clientes	306.935	1.172.200
(Redução) aumento em partes relacionadas	36.041	(779.824)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	<u>45.020.887</u>	<u>23.519.060</u>
Pagamento de juros sobre arrendamentos	(2.846.498)	(1.543.708)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(5.920.234)	(6.180.558)
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DECORRENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	<u>36.254.155</u>	<u>15.794.794</u>
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisição de imobilizado	(103.294.475)	(67.769.652)
Aquisição de intangível	(220.839)	
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	<u>(103.515.314)</u>	<u>(67.769.652)</u>
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Captção de empréstimos e financiamentos	345.000.000	56.300.000
Juros incorridos	6.864.354	
Varição Câmbial Passiva	1.871.867	
Amortização de empréstimos e financiamentos	(169.175.801)	
Juros pagos	(1.172.919)	
Pagamento de passivo de arrendamento	(1.844.110)	(2.578.459)
Pagamento de dividendos	(7.703.929)	-
FLUXO DE CAIXA (APLICADO NAS) PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	<u>173.839.462</u>	<u>53.721.541</u>
AUMENTO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>106.578.303</u>	<u>1.746.683</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	<u>34.765.911</u>	<u>33.019.228</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	<u>141.344.214</u>	<u>34.765.911</u>
AUMENTO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>106.578.303</u>	<u>1.746.683</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

TERMINAL XXXIX DE SANTOS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Terminal XXXIX de Santos S.A. (“Companhia”) está localizado na cidade de Santos - SP e tem como objeto social a exploração e operação de terminal portuário para granéis sólidos na área onde se localiza o Armazém XXXIX do Porto de Santos (“Terminal”). A Companhia possui contrato de exploração com a Santos Port Authority (“SPA”) (anteriormente Sociedade de Docas do Estado de São Paulo (“CODESP”)) com prazo de 25 anos, iniciado em 16 de outubro de 2000, sendo prorrogável por uma única vez, por prazo máximo igual ao originalmente contratado de 25 anos, mediante solicitação por escrito da Companhia. Em 1º de julho de 2015, a Companhia protocolou e apresentou à Secretaria Especial de Portos - SEP, o Plano de Investimentos Revisado, pedindo a recomposição do equilíbrio do contrato com a renovação antecipada do contrato por mais 25 anos, a partir de 2025. Em 27.03.2018 foi assinado o 2º Termo Aditivo ao Contrato 01/97-A, onde o contrato foi prorrogado até 16.10.2050 condicionado a realização dos investimentos para equipar o Berço 37, bem como a expansão da capacidade de armazenagem saindo das atuais 135.000 mil toneladas para 247.000 mil toneladas, contando com equipamentos modernos para operação e proteção ao meio ambiente.

Em 2021, continuou adotando precedimentos em função da Pandemia do Coronavírus - COVID-19, elencamos abaixo os principais impactos:

- A Companhia manteve o grupo de contingência em virtude da continuidade da pandemia adotando as medidas de proteção necessárias para os colaboradores, permitindo que as operações continuassem
- Os custos adicionais para cumprimento das exigências sanitárias totalizou R\$58.600;
- Não houve alteração relevante com relação as premissas contábeis;

A Companhia efetua pagamentos mensais à SPA e possui os seguintes compromissos, com base em tabelas específicas estabelecidas pelas autoridades portuárias, dos seguintes valores:

- a) R\$5.455 a cada seis horas de permanência do navio atracado no berço.
- b) R\$1,322 por tonelada embarcada referente a Movimentação Bx e manutenção de equipamentos. De maio em diante passamos a pagar R\$0,755 referente somente a Movimentação Bx.
- c) R\$0,1098 por kwh de energia elétrica utilizada da Tab V 2.2 fixa e 0,6415, em média, de energia Média/Alta.
- d) R\$21.160 mensais aproximadamente por consumo de água.
- e) R\$166.787 de aluguel (fixo).
- f) R\$29.842 de condomínio (fixo).

Com a assinatura do novo aditivo, o compromisso de Movimentação Mínima Contratual - MMC para embarque será escalonado conforme cláusula sétima, partindo de 1.832.611 toneladas em 2017 até o limite de 4.200.070 toneladas para o ano de 2034. O não cumprimento das condições estipuladas na MMC, ou de qualquer outra cláusula contratual (sendo as principais a apresentação de demonstrações financeiras anuais auditadas até 30 de abril de cada ano subsequente ao encerramento do exercício; obtenção e manutenção das certificações ISO 9001, 14001 e 18001; apólices de seguros com coberturas de responsabilidade civil e danos materiais em geral; e apresentação de garantia de aluguel e tarifas Portuárias para Atracação de Navios), fica sujeito à intervenção no arrendamento da Companhia desde que não tenha causas justificadoras. Existe também o compromisso de que as instalações em exploração e os bens de propriedade da SPA, ora em utilização pela Companhia, deverão ser mantidos em perfeitas condições de uso.

Em maio de 2021 a companhia implanta oficialmente seu código de conduta após disseminação da sua Missão, Visão e Valores em janeiro de 2021

Após iniciadas as obras de expansão em janeiro de 2020 em atendimento a renovação antecipada do contrato, em maio de 2021 a companhia inaugurou o Berço aumentando a produtividade e competitividade comercial.

Em agosto de 2021 a companhia implantou o Conselho de Administração

Em setembro de 2021 a companhia adquiriu um empréstimo de R\$230 milhões via NCE com o Banco Itau e prazo de pagamento de 7 anos a fim de continuar as obras da Fase 2 e 4 simultaneamente.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A emissão dessas demonstrações financeiras da Companhia será aprovada em Reunião Extraordinária pelo Conselho após conclusão dos trabalhos pela auditoria externa.

Detalhes sobre as principais políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa nº 6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o valor mais próximo em reais, exceto quando indicado de outra forma.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação de políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 19 - Instrumentos financeiros: classificação de instrumentos financeiros; e
- Nota explicativa nº 25(g), - Operações e classificações de arrendamento mercantil: determinação se um contrato contém um arrendamento ou não.

b) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2021 estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- Nota explicativa nº 17 - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados. Ativos e passivos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;

c) Mensuração a valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo.

A Companhia revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizado para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 19 - Instrumentos financeiros e gestão de riscos.

5. BASE DE MENSURAÇÃO

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado, reconhecidos nos balanços patrimoniais.

6. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a) Receita operacional

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações financeiras. O estágio de conclusão é avaliado por referência ao término dos embarques efetuados.

O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda.

b) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Variações cambiais e monetárias passivas;
- Variações cambiais e monetárias ativas; e
- Rendimentos de aplicações financeiras, líquidos.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

c) Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

d) Benefícios a empregados

Plano de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

e) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240.000 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende as parcelas correntes e diferidas. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

i. Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber calculado sobre o lucro ou o prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. É mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço.

Os impostos correntes ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

ii. Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas na extensão em que seja provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

Os impostos diferidos ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

f) Imobilizado

i. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

ii. Custos subsequentes

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança.

iii. Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As taxas médias anuais, do ativo imobilizado para os exercícios são as seguintes:

	<u>média ponderada - %</u>
Móveis e utensílios	9,57
Instalações	10,00
Máquinas e equipamentos	6,50
Veículos	20,00
Equipamentos e periféricos de informática	20,00
Construção civil	2,38
Sistema de recebimento	8,57
Sistema de expedição	6,03
Energização	5,43
Linhas férreas	4,35
Máquinas e equipamentos - área comum	3,70
Direito de uso	20,00

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

g) Concessões

A Companhia possui concessões de serviços públicos decorrentes do contrato de arrendamento, conforme nota explicativa nº 1. A Companhia atua sob o regime de concessão, entretanto, suas atividades não se enquadram nos requerimentos das interpretações técnicas ICPCs 01 e 17 - Contratos de Concessão, em virtude dos preços dos serviços prestados não serem regulamentados e/ou controlados pelo poder concedente.

h) Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2).

i. Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

Os incentivos recebidos foram reconhecidos como parte integrante do custo total do arrendamento, durante o prazo do arrendamento.

i) Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. As contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento são mensuradas inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais;
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.
- Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:
- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes (“ORA”). Essa escolha é feita investimento por investimento.

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à administração da companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e

- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros, caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida a VJORA

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Instrumentos patrimoniais a VJORA

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento*Ativos financeiros*

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Capital social

As ações do capital social da Companhia são classificadas como patrimônio líquido.

O montante relativo aos dividendos mínimos obrigatórios é reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício.

j) Redução ao valor recuperável (Impairment)

i. Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e
- Ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (“*forwardlooking*”).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso. A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito da Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou

- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.

A Companhia considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de “grau de investimento”:

- As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro;
- As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- Reestruturação de um valor devido a companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa ("UGC"), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

k) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

7. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO ADOTADAS

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

Normas e interpretações novas e revisadas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e exercícios subsequentes

a) Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações emitidos pelo CPC

Norma	Requerimento	Impacto nas demonstrações financeiras
Alteração da Reforma da Taxa de Juros Referência à IFRS 9 (CPC 48) e IFRS 7 (CPC 40 (R1))	Essas alterações modificam as exigências específicas de contabilização de hedge para permitir a manutenção da contabilização de hedge para hedges afetados durante o período de incerteza antes que os itens objetos de hedge ou instrumentos de hedge afetados pelas taxas de juros de referência atuais sejam alterados em virtude das reformas contínuas das taxas de juros de referência.	A Companhia não identificou impacto relevante em suas demonstrações financeiras
IFRS 16 (CPC 06 (R2)) — Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid-19	Estabelece medidas práticas para arrendatários na contabilização de concessões de aluguel ocorridas como resultado direto da COVID-19, ao introduzir um expediente prático para a IFRS 16. O expediente prático permite que o arrendatário opte por não avaliar se a concessão de aluguel relacionada à COVID-19 é uma modificação de arrendamento. O arrendatário que faz sua opção deverá contabilizar qualquer mudança nos pagamentos de arrendamento resultante da concessão de aluguel relacionada à COVID-19 aplicando a IFRS 16 como se a mudança não fosse uma modificação de arrendamento.	A Companhia não identificou impacto relevante em suas demonstrações financeiras.

b) Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações emitidos pelo CPC e normas publicadas e ainda não vigentes

A Administração também considerou o impacto das novas normas, interpretações e emendas emitidas, mas ainda não vigentes. Exceto quando informado, elas não são consideradas relevantes para a Companhia e entrarão em vigor em ou após 31 de dezembro de 2021.

Norma	Requerimento	Impacto nas demonstrações financeiras
Alteração da norma IFRS 4 (CPC 11) – Extensão das isenções temporárias da aplicação da IFRS 9 (CPC 48)	Esclarece aspectos referentes a contratos de seguro e a isenção temporária da aplicação da norma IFRS 9 para seguradoras. Vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.	A Companhia não espera impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
Alteração das normas IAS 1 (CPC 26) – Classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante	Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como Passivo Circulante ou Passivo Não-Circulante. Vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.	A Companhia não espera impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
Alteração da norma IFRS 3 (CPC 15 (R1)) – Referências a estrutura conceitual	Esclarece alinhamentos conceituais desta norma com a estrutura conceitual do IFRS. Vigência a partir de 1º de janeiro de 2022.	A Companhia não espera impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
Alteração da norma IAS 16 (CPC 27) – Imobilizado	Resultado gerado antes do atingimento de condições projetadas de uso. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de itens produzidos antes do imobilizado estar nas condições projetadas de uso. Vigência a partir de 1º de janeiro de 2022.	A Companhia não espera impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
Alteração da norma IAS 37 (CPC 25) – Contrato oneroso	Custo de cumprimento de um contrato: Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação dos custos relacionados ao cumprimento de um contrato oneroso. Vigência a partir de 1º de janeiro de 2022.	A Companhia não espera impacto relevante em suas demonstrações financeiras.

Norma	Requerimento	Impacto nas demonstrações financeiras
Alteração das normas IAS 1 (CPC 26) – Apresentação das Demonstrações Financeiras e Declaração da Prática 2 da IFRS – Exercendo Julgamentos de Materialidade - Divulgação de Políticas Contábeis	<p>As alterações modificam as exigências contidas na IAS 1 com relação à divulgação das políticas contábeis. As alterações substituem todos os exemplos do termo “políticas contábeis significativas” por “informações de políticas contábeis relevantes”. As informações da política contábil são relevantes se, quando consideradas em conjunto com outras informações incluídas nas demonstrações financeiras de uma entidade, puderem razoavelmente influenciar as decisões dos principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral tomadas com base nessas demonstrações financeiras.</p> <p>Os parágrafos de apoio na IAS 1 também foram alterados para esclarecer que as informações da política contábil relacionadas a transações, outros acontecimentos ou condições irrelevantes são irrelevantes e não precisam ser divulgadas. As informações da política contábil podem ser relevantes devido à natureza das transações relacionadas, outros eventos ou condições, mesmo que os valores sejam irrelevantes. Porém, nem todas as informações da política contábil relacionadas a transações, outros eventos ou condições relevantes são relevantes por si só.</p> <p>Vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.</p>	A Companhia não espera impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
Alterações à IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro—Definição de Estimativas Contábeis	<p>A alteração substitui a definição de mudança nas estimativas contábeis pela definição de estimativas contábeis. De acordo com a nova definição, estimativas contábeis são “valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza na mensuração. A definição de mudança nas estimativas contábeis foi excluída. No entanto, o Board manteve o conceito de mudanças nas estimativas contábeis na Norma com os seguintes esclarecimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Uma mudança na estimativa contábil que resulte de novas informações ou novos eventos não significa a retificação de um erro; • Os efeitos da mudança em um dado ou técnica de mensuração usada para desenvolver uma estimativa contábil correspondem a mudanças nas estimativas contábeis se não resultarem da retificação de erros de períodos anteriores. <p>Vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.</p>	A Companhia não espera impacto relevante em suas demonstrações financeiras
Alterações à IAS 12 – Tributos sobre o Lucro - Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação	<p>As alterações introduzem uma exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial. De acordo com as alterações, a entidade não aplica a isenção de reconhecimento inicial para transações que resultam em diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares. Dependendo da legislação tributária aplicável, diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares podem surgir no reconhecimento inicial de um ativo e passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável. Por exemplo, isso pode ocorrer no reconhecimento do passivo de arrendamento e correspondente ativo de direito de uso aplicando a IFRS 16 na data de início do arrendamento.</p> <p>Após as alterações à IAS 12, a entidade deve reconhecer o correspondente ativo e passivo fiscal diferido, sendo que o reconhecimento de eventual ativo fiscal diferido está sujeito aos critérios de recuperabilidade contidos na IAS 12.</p> <p>Vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.</p>	A Companhia não espera impacto relevante em suas demonstrações financeiras

Os pronunciamentos contábeis IFRS 17 (CPC 11), IFRS 10 (CPC 36 (R3)) e IAS 28 - Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou “Joint Venture” não são aplicáveis à Companhia.

Em decorrência do compromisso de o CPC e o CFC de manterem atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pelo CFC de modo que sejam aplicados a partir de sua aplicação obrigatória, conforme previsto pelas “International Financial Reporting Standards – IFRS”.

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Caixa e bancos	2.376.481	6.626
Aplicações financeiras (i)	<u>138.967.734</u>	<u>34.759.285</u>
	<u>141.344.216</u>	<u>34.765.911</u>

(i) As aplicações financeiras representadas por títulos de renda fixa são remuneradas a 99,5% (Banco Itaú) e 106,58% (Banco Votorantim) da variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário, (100% da variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário em 2020), os quais apresentam liquidez diária e possuem prazo de carência para resgate inferior a 90 dias a partir da data de aplicação.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 21.

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Contas a receber de clientes	3.384.779	715.302

Em 31 de dezembro de 2020 o saldo de contas a receber de clientes está substancialmente menor em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 em função do volume embarcado, com recebimento em aberto, no final do mês de dezembro de cada ano. Em dezembro de 2021 ainda não tinham sido recebidos os faturamentos equivalentes à 114.695 tons embarcadas, contra 17.662 tons em dezembro de 2020.

A exposição da Companhia a riscos de crédito, moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas a contas a receber de clientes é divulgada na nota explicativa nº 21.

10. ESTOQUES

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Materiais de almoxarifado	3.606.515	1.817.987
(-) Provisão para obsolescência	<u>(376.629)</u>	<u>(301.975)</u>
	<u>3.229.886</u>	<u>1.516.012</u>

A movimentação da provisão para obsolescência está demonstrada a seguir:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Saldo inicial	301.975	400.687
Adições / Reversões	<u>74.654</u>	<u>(98.712)</u>
Saldo final	<u>376.629</u>	<u>301.975</u>

11. IMOBILIZADO

a) Composição do imobilizado

	2021			2020		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Móveis e utensílios	603.769	(296.879)	306.890	431.479	(255.942)	175.537
Instalações	421.835	(217.276)	204.559	387.935	(185.215)	202.720
Máquinas e equipamentos	3.340.039	(3.106.323)	233.716	3.368.474	(3.027.214)	341.260
Veículos	171.672	(111.458)	60.215	171.672	(77.123)	94.549
Equipamentos e periféricos de informática	353.415	(203.237)	150.178	261.103	(161.088)	100.015
Construção civil	18.776.371	(8.814.955)	9.961.416	18.856.134	(8.494.239)	10.361.895
Sistema de recebimento	13.714.648	(11.185.558)	2.529.090	14.322.648	(10.782.232)	3.540.416
Sistema de expedição	12.948.356	(10.947.991)	2.000.365	16.324.356	(12.957.767)	3.366.589
Energização	1.301.488	(1.273.095)	28.394	1.301.488	(1.271.434)	30.054
Linha férrea	-	-	-	4.473.440	(2.239.494)	2.233.946
Máquinas e equipamentos - área comum	546.206	(546.206)	-	1.606.766	(1.017.604)	589.162
Máquinas e equipamentos - Meio Ambiente	556.848	(556.849)	-	556.848	(556.848)	-
P.E. Construção civil	12.266.686	(284.437)	11.982.249	-	-	-
P.E. Sistema de expedição	58.659.617	(6.683.297)	51.976.320	-	-	-
P.E. Instalações	9.756.661	(569.139)	9.187.522	-	-	-
P.E. Máquinas e equipamentos	55.335	(3.228)	52.107	-	-	-
Outros Imobilizados em andamento	-	-	-	16.950	-	16.950
I. A. Proj.Exp. Fase Obras Cívicas	29.452.254	-	29.452.254	12.465.159	-	12.465.159
I. A. Proj.Exp. Fase Equip. Mecanicos	291.556	-	291.556	55.960.229	-	55.960.229
I. A. Proj.Exp. Fase Elétrica Automação	572.384	-	572.384	6.614.131	-	6.614.131
I. A. Proj.Exp. Fase Utilidades	4.088.154	-	4.088.154	-	-	-
Adiantamento de Imobilizado	62.869.221	-	62.869.221	62.869.221	-	-
	<u>230.518.515</u>	<u>(44.799.928)</u>	<u>185.946.590</u>	<u>137.118.812</u>	<u>(41.026.200)</u>	<u>96.092.612</u>

b) Movimentação do custo

	2020	2021			Custo
	Custo	Adições (i)	Baixas	Transferência	
Móveis e utensílios	431.479	147.952	-	24.338	603.769
Instalações	387.935	-	-	33.900	421.835
Máquinas e equipamentos	3.368.474	3.245	(31.680)	-	3.340.039
Veículos	171.672	-	-	-	171.672
Equipamentos e periféricos de informática	261.103	92.736	(424)	-	353.415
Construção civil	18.856.134	-	(79.763)	-	18.776.371
Sistema de recebimento	14.322.648	-	(608.000)	-	13.714.648
Sistema de expedição	16.324.356	-	(3.376.000)	-	12.948.356
Energização	1.301.488	-	-	-	1.301.488
Linha férrea	4.473.440	-	(4.370.989)	(102.451)	-
Máquinas e equipamentos - área comum	1.606.766	-	(1.060.560)	-	546.206
Máquinas e equipamentos - Meio Ambiente	556.848	-	-	-	556.848
P.E. Construção civil	-	-	-	12.266.686	12.266.686
P.E. Sistema de expedição	-	427.688	-	58.231.929	58.659.617
P.E. Instalações	-	-	-	9.756.661	9.756.661
P.E. Máquinas e equipamentos	-	-	-	55.335	55.335
Outros Imobilizados em andamento	16.950	41.288	-	(58.238)	-
I. A. Proj.Exp. Fase Obras Cívicas	12.465.159	28.616.597	(2.714)	(11.626.787)	29.452.255
I. A. Proj.Exp. Fase Equip. Mecanicos	55.960.229	3.329.159	(1.404)	(58.996.428)	291.556
I. A. Proj.Exp. Fase Elétrica Automação	6.614.132	3.678.148	(32.501)	(9.687.396)	572.383
I. A. Proj.Exp. Fase Utilidades	-	4.088.441	(287)	-	4.088.154
Adiantamento de Imobilizado	-	62.869.221	-	-	62.869.221
	<u>137.118.812</u>	<u>103.294.475</u>	<u>(9.564.322)</u>	<u>(102.451)</u>	<u>230.746.515</u>

	2019	2020			
	Custo	Adições (i)	Baixas	Transferência	Custo
Móveis e utensílios	424.053	7.639	(213)	-	431.479
Instalações	387.935	-	-	-	387.935
Máquinas e equipamentos	3.874.633	-	(506.159)	-	3.368.474
Veículos	171.672	-	-	-	171.672
Equipamentos e periféricos de informática	199.612	65.160	(3.669)	-	261.103
Construção civil	18.905.588	-	(49.454)	-	18.856.134
Sistema de recebimento	14.296.941	25.707	-	-	14.322.648
Sistema de expedição	16.519.355	-	(194.999)	-	16.324.356
Energização	1.301.488	-	-	-	1.301.488
Linha férrea	4.473.440	-	-	-	4.473.440
Máquinas e equipamentos - área comum	1.606.766	-	-	-	1.606.766
Máquinas e equipamentos - Meio Ambiente	556.848	-	-	-	556.848
Outros Imobilizados em andamento	-	16.950	-	-	16.950
I. A. Proj.Exp. Fase Obras Cívicas	-	12.465.159	-	-	12.465.159
I. A. Proj.Exp. Fase Equip. Mecanicos	912.500	55.960.229	(912.500)	-	55.960.229
I. A. Proj.Exp. Fase Elétrica Automação	-	6.614.132	-	-	6.614.132
	<u>63.630.831</u>	<u>75.154.976</u>	<u>(1.666.994)</u>	<u>-</u>	<u>137.118.813</u>

Movimentação da depreciação acumulada

	2020	2021			Depreciação Acumulada
	Depreciação Acumulada	Adições	Baixas	Transferência	
Móveis e utensílios	(255.942)	(40.937)	-	-	(296.879)
Instalações	(185.215)	(32.061)	-	-	(217.276)
Máquinas e equipamentos	(3.027.214)	(96.713)	17.604	-	(3.106.323)
Veículos	(77.123)	(34.335)	-	-	(111.458)
Equipamentos e periféricos de informática	(161.088)	(42.573)	424	-	(203.237)
Construção civil	(8.494.239)	(343.822)	23.106	-	(8.814.955)
Sistema de recebimento	(10.782.232)	(874.907)	471.581	-	(11.185.558)
Sistema de expedição	(12.957.767)	(681.973)	2.691.749	-	(10.947.991)
Energização	(1.271.434)	(3.974)	-	2.314	(1.273.094)
Linha férrea	(2.239.494)	(95.025)	2.234.382	100.137	-
Máquinas e equipamentos - área comum	(1.017.604)	(17.417)	488.816	-	(546.205)
Máquinas e equipamentos - Meio Ambiente	(556.848)	-	-	-	(556.848)
P.E. Construção civil	-	(284.437)	-	-	(284.437)
P.E. Sistema de expedição	-	(6.683.297)	-	-	(6.683.297)
P.E. Instalações	-	(569.139)	-	-	(569.139)
P.E. Máquinas e equipamentos	-	(3.228)	-	-	(3.228)
	<u>(41.026.200)</u>	<u>(9.803.838)</u>	<u>5.927.662</u>	<u>102.451</u>	<u>(44.799.928)</u>

	2019	2020			Depreciação Acumulada
	Depreciação Acumulada	Adições	Baixas	Transferência	
Móveis e utensílios	(225.233)	(30.922)	213	-	(255.942)
Instalações	(155.410)	(29.805)	-	-	(185.215)
Máquinas e equipamentos	(3.238.903)	(124.167)	335.856	-	(3.027.214)
Veículos	(42.789)	(34.334)	-	-	(77.123)
Equipamentos e periféricos de informática	(137.784)	(26.973)	3.669	-	(161.088)
Construção civil	(8.161.787)	(346.416)	13.964	-	(8.494.239)
Sistema de recebimento	(9.879.835)	(902.397)	-	-	(10.782.232)
Sistema de expedição	(12.419.542)	(733.225)	195.000	-	(12.957.767)
Energização	(1.266.393)	(5.041)	-	-	(1.271.434)
Linha férrea	(2.049.445)	(190.049)	-	-	(2.239.494)
Máquinas e equipamentos - área comum	(978.320)	(39.284)	-	-	(1.017.604)
Máquinas e equipamentos - Meio Ambiente	(538.101)	(18.747)	-	-	(556.848)
	<u>(39.093.542)</u>	<u>(2.481.360)</u>	<u>548.702</u>	<u>-</u>	<u>(41.026.200)</u>

c) Custo atribuído

A Companhia optou pela aplicação do custo atribuído na adoção inicial do pronunciamento técnico CPC 27 - Ativo Imobilizado, conforme previsto na interpretação técnica ICPC 10 - Ativo Imobilizado. As respectivas avaliações estão suportadas por laudo técnico de avaliação realizado por empresa especializada independente e as taxas de depreciação dos bens avaliados foram determinadas com base na estimativa da vida útil revisada dos bens. O custo atribuído constituído, líquido dos efeitos fiscais aplicáveis, está sendo realizado a crédito de lucros acumulados, em função da depreciação ou baixa dos respectivos ativos que lhe deram origem. O saldo do imposto de renda e contribuição social diferido sobre o custo atribuído, em 31 de dezembro de 2021, totaliza R\$1.383.205 classificado no passivo não circulante, na rubrica "Imposto de renda e contribuição social diferidos". Veja nota explicativa 18.

d) Análise sobre o valor de recuperação dos ativos ("impairment")

A Administração revisou o valor contábil do imobilizado a ser mantido e utilizado nas operações da Companhia, com o objetivo de determinar e avaliar a deterioração em bases periódicas ou eventos ou mudanças nas circunstâncias que indiquem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Administração não identificou necessidade de constituição de provisão para perda ("impairment") de seus ativos.

12. FORNECEDORES

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Tarifas portuárias relacionadas a embarque de navios	1.364.097	949.335
Serviços de manutenção	226.925	240.204
Despesas de vigilância patrimonial	1.714	1.371
Benefícios funcionários	169.261	309.044
Locação de pás carregadeiras	130.000	-
Gastos com o projeto de expansão (i)	21.139.200	7.740.315
Outros	433.486	382.022
	<u>23.464.683</u>	<u>9.622.291</u>

- (i) Conforme informado no "Contexto Operacional", em 27.03.2018 foi assinada a prorrogação antecipada do contrato de arrendamento da Companhia, condicionado a realização dos investimentos para equipar o Berço 37, bem como a expansão da capacidade de armazenagem. Este compromisso foi nomeado de Projeto Expansão. Entre os valores que compõe o saldo de 2021, o montante de R\$19.826.755 se refere a parte do fornecimento da parte mecânica da Fase 2 do Projeto de Expansão.

13. PROVISÕES E ENCARGOS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Férias a pagar	1.962.298	1.712.618
Ordenados a pagar	380.879	350.739
INSS a recolher	377.611	364.619
FGTS a recolher	117.811	108.207
IRRF s/ salários	164.974	145.052
INSS sobre serv. Prest. Terceiros	83.779	57.860
Outros	66.431	55.624
	<u>3.153.783</u>	<u>2.794.719</u>

14. IMPOSTOS A RECOLHER

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
COFINS a recolher	658.918	303.835
PIS a recolher	140.643	65.822
ISS s/ faturamento	706.883	257.392
ISS Retido Serv. terceiros	91.267	57.546
Retenções Lei nº 10.833	53.358	67.740
Outros (i)	151.548	32.863
	<u>1.802.617</u>	<u>785.198</u>

(i) Em outros impostos a recolher temos IRRF no montante de R\$5.455 e ICMS no montante de R\$146.093 composto por DIFAL referentes à materiais adquiridos fora do estado.

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Modalidade	Encargos financeiros	Vencimento	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Capital de giro em R\$	CDI + 2,1% a.a	28/09/2028	<u>235.691.435</u>	<u>52.303.934</u>
Total			<u>235.691.435</u>	<u>52.303.934</u>
Circulante			-	52.303.934
Não circulante			235.691.435	-

Os contratos de empréstimos realizados pela Companhia não possuem cláusulas restritivas "covenants".

O respectivo contrato está garantido por aval dos acionistas.

a. Termos e cronograma de amortização da dívida

Os empréstimos e financiamentos possuem os seguintes vencimentos:

<u>31 de dezembro de 2021</u>	<u>Valor contábil</u>	<u>12 meses</u>	<u>13 a 24 meses</u>	<u>Acima de 24 meses</u>
Empréstimos e financiamentos	235.691.435	-	-	235.691.435
<u>31 de dezembro de 2020</u>	<u>Valor contábil</u>	<u>12 Meses</u>	<u>13 a 24 Meses</u>	<u>Acima de 24 meses</u>
Empréstimos e financiamentos	52.303.934	52.303.934	-	-

b. Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividade de financiamento

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Saldo em 1° de janeiro	52.303.934	-
Variações dos fluxos de caixa de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamentos	345.000.000	56.300.000
Juros incorridos	6.864.354	336.934
Variação cambial ativa	1.871.868	(4.333.000)
Amortização de empréstimos e financiamentos	(169.175.801)	-
Juros pagos	(1.172.920)	-
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	<u>235.691.435</u>	<u>52.303.934</u>

16. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Companhia contribui como patrocinadora, e seus funcionários também contribuem, para um plano de aposentadoria de contribuição definida, instituído em 1º de janeiro de 2004 e administrado pela BrasilPrev Seguros e Previdência S.A. ("BrasilPrev"), denominado Plano Renda Total Terminal XXXIX Prev, cujas reservas são atualizadas financeiramente e não por meio de cálculos atuariais.

Compete à Companhia o pagamento das contribuições e à BrasilPrev a constituição de todas as reservas necessárias ao compromisso assumido com o pagamento do benefício a partir da ocorrência do evento gerador, não gerando passivo atuarial para a Companhia. O plano, com os quais a companhia mantém contrato são VGBL (Vida Gerador de Benefícios Livres) e PGBL (Plano Gerador de Benefícios Livres), os quais tem as seguintes definições básicas:

- Benefícios: aposentadoria por sobrevivência, podendo a renda mensal ser vitalícia, temporária, vitalícia com prazo mínimo garantido ou vitalícia reversível ao cônjuge ou companheiro(a).
- O benefício-alvo de aposentadoria por sobrevivência no plano contratado na modalidade de contribuição definida será o resultado da transformação em renda do montante de reserva acumulada durante o período de contribuição ao plano.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia contribuiu com aproximadamente R\$144.802 (R\$150.954 em 31 de dezembro de 2020).

17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos apresentados no balanço patrimonial

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferido têm a seguinte origem:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>	<u>Resultado</u>
Varição cambial líquida por regime de caixa	-	(1.473.220)	1.473.220
Instrumentos financeiros derivativos	-	1.619.426	(1.619.426)
Provisão de Mão-de-Obra Ogmo	-	29.199	(29.199)
Provisão para obsolescência dos estoques	128.054	102.671	25.382
Provisão IPTU E.F. 1518814.17.2021.8.26.0562	1.161.567	-	1.161.567
Efeitos do passivo de arrendamento - CPC 06	473.274	548.550	(75.276)
Custo atribuído do ativo imobilizado e diferença na depreciação fiscal e econômica	<u>(3.304.074)</u>	<u>(4.239.538)</u>	<u>935.464</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos, líquidos	<u>(1.541.180)</u>	<u>(3.412.912)</u>	<u>1.871.732</u>

A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final dos eventos.

b) Conciliação entre a alíquota nominal do imposto de renda e da contribuição social e a alíquota efetiva

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas com a despesa de imposto de renda e contribuição social em resultado é demonstrada como segue:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	15.933.303	15.169.821
Alíquota nominal	34%	34%
Despesa de imposto de renda e contribuição social pela alíquota nominal	(5.417.323)	(5.157.739)
Reconciliação para a alíquota efetiva:		
Outras diferenças permanentes	<u>346.377</u>	<u>149.898</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(5.070.946)	(5.007.841)
Representados por:		
Imposto de renda e contribuição social correntes	(6.942.678)	(5.883.038)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>1.871.731</u>	<u>875.197</u>
	<u>(5.070.946)</u>	<u>(5.007.841)</u>
Alíquota efetiva	32%	33%

18. PROVISÃO DE CONTINGÊNCIAS (RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS)

A Companhia está sujeita a riscos relacionados a assuntos de natureza cível, trabalhista e tributária, advindos do curso normal de suas operações. De acordo com a legislação fiscal vigente, as declarações de imposto de renda da Companhia dos últimos cinco exercícios e os impostos e as contribuições sociais permanecem sujeitos à revisão pelos órgãos competentes por períodos variáveis de tempo.

Riscos possíveis

A Companhia ainda é parte em processos trabalhistas e cíveis em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco de perda possível pelos seus assessores jurídicos, para os quais não foi constituída provisão. Tais processos totalizam aproximadamente R\$2.384.089 em 31 de dezembro de 2021 (R\$2.030.372 em 2020). O aumento de processos cuja probabilidade de êxito foi classificada como possível refere-se a auto de infração emitido pela Prefeitura Municipal de Santos referente a cobrança de Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU.

Riscos prováveis

Em virtude de ter recebido a execução fiscal de nº 1518814-17.2021.8.26.0562, que foi distribuída pelo município de Santos em face do Terminal XXXIX de Santos S.A., e que se encontra em trâmite perante a 3ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Santos/SP, com valor total de dívida no montante de R\$3.076.025,01, abrangendo os exercícios de 2020, 2019, 2017 e 2015, a Companhia decidiu efetuar provisão no montante de R\$3.416.372,38.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social da companhia de R\$ 14.200.000 estava representado por ações ordinárias, sendo 4.100.000 ações classe "A" e 4.100.000 ações classe "B", nominativas, sem valor nominal.

Em 31 de dezembro de 2021, a companhia integralizou capitou no montante de R\$ 13.800.00 e seu capital subscrito passou de R\$ 14.200.000 para R\$ 28.000.000, sendo representados por 4.100.000 ações ordinárias classe "A" e 4.100.000 ações ordinárias classe "B", totalizando 8.200.000 ações ordinárias todas nominativas e sem valor nominal.

b) Reservas de lucros

Reserva legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Reserva para investimento

Constituída à razão de 10% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do Estatuto Social, destinada exclusivamente às reformas, recuperações, modernizações, ampliações e outras despesas eventuais, até o limite de 10% da receita bruta do exercício.

Reserva para retenção de lucros

A destinação dessa reserva para distribuição de dividendos ou investimentos, será deliberada por ocasião da Assembleia Geral Ordinária e/ou Extraordinária.

O montante excedente de lucros perante o capital social será destinado por ocasião da próxima Assembleia Geral Ordinária prevista para maio de 2022.

c) Dividendos

O estatuto social determina a distribuição de dividendo mínimo de 50% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76..A Administração da Companhia deliberou pela não distribuição dos dividendos mínimos para o exercício de 2021. A manutenção dos dividendos mínimos obrigatórios em reserva de lucros e reserva de expansão será ratificada na assembleia geral ordinária prevista para maio de 2022.

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Lucro líquido do exercício	10.862.357	10.161.980
(-) Constituição de reserva legal - 5%	(543.118)	-
(-) Constituição de reserva para investimento - 10%	(1.086.236)	(1.016.198)
	<u>9.233.003</u>	<u>9.145.782</u>
Base de cálculo de dividendos mínimos obrigatórios		
Dividendos mínimos obrigatórios - 50%	-	-

d) Ajustes de avaliação patrimonial

Custo atribuído ao imobilizado

Composto pela reserva de reavaliação constituída em exercícios anteriores em decorrência da reavaliação de ativos próprios e pela avaliação patrimonial efetuada para aplicação do custo atribuído. Em decorrência da aplicação da interpretação técnica ICPC 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial do Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento, os saldos de reserva de reavaliação foram transferidos para a conta "Ajustes de avaliação patrimonial" a fim de compor o novo saldo de custo atribuído do ativo imobilizado líquido dos tributos diferidos.

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCO

a) Classificação contábil e valores justos

Demonstração dos instrumentos financeiros em suas respectivas classificações por categorias

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

<u>Em 31 de dezembro de 2021</u>	<u>Ativos financeiros a custo amortizado</u>	<u>Total</u>
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo		
Caixa e equivalentes de caixa	2.376.481	2.376.481
Aplicações financeiras	138.967.734	138.967.734
Contas a receber de clientes	3.384.779	3.384.779
Partes relacionadas	851.297	851.297
Adiantamento a fornecedores	62.869.222	62.869.222
Outros créditos	575.377	575.377
Total	<u>209.024.889</u>	<u>209.024.889</u>

	Passivos mensurados ao custo amortizado	Total
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo		
Fornecedores	23.464.683	23.464.683
Partes relacionadas	276.070	276.070
Empréstimos e Financiamentos	235.691.435	235.691.435
Passivo de arrendamento	46.859.494	46.859.494
Total	<u>306.291.682</u>	<u>306.291.682</u>

Em 31 de dezembro de 2020	Ativos financeiros a custo amortizado	Total
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo		
Caixa e equivalentes de caixa	6.626	6.626
Aplicações financeiras	34.759.285	34.759.285
Contas a receber de clientes	715.302	715.302
Adiantamento a fornecedores	1.289.188	1.289.188
Outros créditos	492.035	492.035
Total	<u>37.262.437</u>	<u>37.262.437</u>

	Passivos financeiros ao custo amortizado	Total
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo		
Fornecedores	9.622.291	9.622.291
Partes relacionadas	7.943.958	7.943.958
Empréstimos e Financiamentos	52.303.934	52.303.934
Passivo de arrendamento	35.947.499	35.947.499
Total	<u>105.817.682</u>	<u>105.817.682</u>

	Designados ao valor justo por meio do resultado	Total	Valor Justo Nível 2
Passivos financeiros mensurados ao valor justo			
Instrumentos financeiros derivativos	4.763.018	4.763.018	4.763.018
Total	<u>4.763.018</u>	<u>4.763.018</u>	<u>4.763.018</u>

Para todas as operações apresentadas no quadro acima, a Administração da Companhia considera que o valor justo equipara-se ao valor contábil, uma vez que para essas operações, o valor contábil reflete o valor de liquidação.

b) Mensuração do valor justo

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor de justo.

Os valores contábeis do caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e fornecedores possuem o valor justo que se aproximam do valor justo.

Em nenhum ano, a Companhia efetuou transferências entre níveis de classificação dos instrumentos financeiros.

c) Gerenciamento de riscos financeiros

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito.
- Risco de liquidez.
- Risco de mercado.
- Risco operacional.

Esta nota explicativa apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e o gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração tem responsabilidade pelo estabelecimento e pela supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. A Administração reporta-se regularmente aos acionistas sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, a fim de definir limites e controles de riscos apropriados e monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e os sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam os seus papéis e obrigações.

Risco de crédito

É o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes.

A Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes. A Companhia somente realiza operações com instituições financeiras brasileiras de primeira linha.

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Entretanto, como a atividade-fim da Companhia é caracterizada pela prestação de serviços de embarque por meio de contratos celebrados anualmente e o faturamento é efetuado por meio de embarques individuais, em que são recebidos 50% do valor antes da atracação e 50% cinco dias após a desatracação, este risco acaba sendo eliminado. Outro fator que minimiza este risco é em virtude de esses clientes serem multinacionais de renome e, principalmente, por estes manterem estoque durante todo o ano.

A Companhia trabalha com aproximadamente 70% em contratos assinados para a safra do ano e 30% no mercado “spot” devido à necessidade de outros “players” e à disponibilidade no período. Mesmo assim, essas empresas são clientes que já operaram com o Terminal e que possuem outro Terminal no Porto; porém, a necessidade de mais espaço para cumprir os seus volumes negociados as obriga a contratar espaços “spots” em outros Terminais, obedecendo estas às mesmas regras de pagamento.

Garantias

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não possuía garantias cedidas a terceiros.

Risco de liquidez

É o risco em que a Companhia encontrará dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia utiliza o custeio baseado em atividades para precificar seus serviços, o que auxilia no monitoramento de exigências de fluxo de caixa e na otimização de seu retorno de caixa em investimentos. A Companhia garante que possui caixa à vista suficiente a fim de cumprir com despesas operacionais esperadas para um período de 60 dias, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

Risco de mercado

É o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e as taxas de juros, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento do risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, nos parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco da taxa de juros:

A Companhia está exposta a riscos relacionados às taxas de juros, em função de empréstimos. A direção da Companhia monitora as flutuações das taxas de juros variáveis atreladas as suas dívidas.

Análise de sensibilidade para instrumentos de taxa variável

Com base no saldo de aplicações financeiras e endividamento, no cronograma de desembolsos e nas taxas de juros dos empréstimos e financiamentos e dos ativos, efetuamos uma análise de sensibilidade de quanto teria aumentado (reduzido) o patrimônio líquido e o resultado do exercício de acordo com os montantes mostrados a seguir. O Cenário I corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras, sendo que se refere a uma projeção das despesas para os próximos meses. O Cenário II corresponde a uma alteração de 25% nas taxas e o Cenário III corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Separamos os efeitos em apreciação e depreciação nas taxas conforme as tabelas a seguir.

Risco de taxa de juros - Apreciação das taxas

	Exposição em 2021	Risco	Cenários						
			Provável		Variação do índice em 25%		Variação do índice em 50%		
			%	Valor	%	Valor	%	Valor	
Instrumentos									
Ativos financeiros									
Aplicações financeiras	138.967.734	CDI	2,75%	3.821.613	3,44%	4.777.016	4,13%	5.732.419	
Passivos financeiros									
Emprestimo	235.691.435	CDI	2,50%	5.892.286	3,13%	7.365.357	3,75%	8.838.429	
Total	<u>(96.723.701)</u>			<u>(2.070.673)</u>		<u>(2.588.341)</u>		<u>(3.106.010)</u>	
Impacto no resultado e patrimônio líquido						<u>(517.668)</u>		<u>(1.035.337)</u>	

	Exposição em 2020	Risco	Cenários						
			Provável		Variação do índice em 25%		Variação do índice em 50%		
			%	Valor	%	Valor	%	Valor	
Instrumentos									
Ativos financeiros									
Aplicações financeiras	34.759.285	CDI	2,75%	955.880	3,44%	1.194.850	4,13%	1.433.821	
Passivos financeiros									
Emprestimo (internacional)	235.691.435	taxa provávelCDI	2,50%	5.892.286	1,88%	4.419.214	1,25%	2.946.143	
Total	<u>(96.723.701)</u>			<u>(2.070.673)</u>		<u>(1.553.005)</u>		<u>(1.035.337)</u>	
Impacto no resultado e patrimônio líquido						<u>517.668</u>		<u>1.035.337</u>	

	Exposição em 2020	Risco	Cenários						
			Provável		Variação do índice em 25%		Variação do índice em 50%		
			%	Valor	%	Valor	%	Valor	
Instrumentos									
Ativos financeiros									
Aplicações financeiras	34.759.285	CDI	2,75%	955.880	2,06%	716.910	1,38%	477.940	
Passivos financeiros									
Emprestimo (internacional)	52.303.934	taxa provável	2,50%	1.307.598	1,88%	980.699	1,25%	653.799	
Total	<u>(17.544.649)</u>			<u>(351.718)</u>		<u>(263.789)</u>		<u>(175.859)</u>	
Impacto no resultado e patrimônio líquido						<u>87.930</u>		<u>175.859</u>	

Risco operacional

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento da Companhia. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional a fim de evitar a ocorrência de prejuízos financeiros, bem como danos à sua imagem, buscando eficácia na gestão de custos para evitar procedimentos de controle que restrinjam a iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e a implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Gerência da Companhia. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- Exigências para a segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações.
- Exigências para a reconciliação e o monitoramento de operações.
- Cumprimento com exigências regulatórias e legais.

- Documentação de controles e procedimentos.
- Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados.
- Exigências de reportar os prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas.
- Desenvolvimento de planos de contingência.
- Treinamento e desenvolvimento profissional.
- Padrões éticos e comerciais.
- Mitigação de risco, incluindo seguro, quando eficaz.

Gestão de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado, criando a sustentação do desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A Administração também monitora o nível de dividendos para as acionistas.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas, relativos às oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Com vistas à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca rendimentos conservadores e taxas de juros para operações financeiras com menor custo.

Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado.

21. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receita bruta de serviços prestados	133.481.521	116.255.939
(-) Impostos sobre receita bruta	<u>(18.239.616)</u>	<u>(16.567.964)</u>
Receita operacional líquida	<u><u>115.241.905</u></u>	<u><u>99.687.975</u></u>

22. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Tarifas portuárias	(9.052.348)	(8.660.432)
Aluguel de equipamentos (i)	(2.382.637)	(3.702.073)
Estiva	(10.296.955)	(9.826.715)
Pessoal	(24.181.211)	(21.672.439)
Manutenção	(4.328.693)	(5.005.983)
Gerais	(14.886.768)	(14.143.814)
Serviços prestados por terceiros	(1.451.014)	(1.409.508)
Depreciação	(9.741.691)	(2.450.798)
Amortização de direito de uso	(2.625.098)	(2.321.158)
Tributárias	(208.204)	(67.319)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	<u>(13.153.759)</u>	<u>(12.777.794)</u>
	<u>(92.308.377)</u>	<u>(82.038.034)</u>
	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Custo dos serviços prestados	(64.831.144)	(57.334.430)
Despesas administrativas	(14.323.474)	(11.925.810)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas (a)	<u>(13.153.759)</u>	<u>(12.777.794)</u>
	<u>(92.308.377)</u>	<u>(82.038.034)</u>

(a) Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Projeto expansão (ii)	(12.165.339)	(13.583.355)
Ganhos com processos cíveis (iii)	-	995.220
Outros	<u>(988.421)</u>	<u>(189.659)</u>
	<u>(13.153.759)</u>	<u>(12.777.794)</u>

- i. As despesas com aluguel de equipamentos se referem substancialmente a locação de locomotiva utilizada na descarga, para manobra interna de vagões no montante de R\$1.533.247, plataformas elevatórias para manutenções diversas no montante de R\$580.661 e outras máquinas e equipamentos de forma esporádica no fluxo das operações no montante de R\$268.728. Estes aluguéis não estão no escopo do IFRS16 por se tratar de contratos de baixos valores e de curtíssimo prazo e, desta forma, são registrados no resultado do exercício quando incorridos.
- ii. As despesas com o Projeto expansão refere-se substancialmente à gastos com esta finalidade no montante de R\$12.051 mil e TRIMMC vinculados à Prefeitura gastos Municipal de Santos no montante de R\$114 mil.
- iii. Em 2020 recebemos credito de decisão judicial Fundaf, conforme processo nº 10166.730250.2020-91 no montante de R\$995.220.

23. RESULTADO FINANCEIRO

	2021	2020
Receitas financeiras:		
Rendimento de aplicações financeiras em renda fixa	4.001.277	666.427
Descontos obtidos	100	2
Juros ativos	196.547	689.224
Variações Cambiais ativas	4.085.586	5.751.000
Receitas com derivativos	6.104.889	-
Variações Monetárias ativas	31.620	-
	<u>14.420.020</u>	<u>7.106.653</u>
Despesas financeiras:		
Despesas bancárias	(239.958)	(487.538)
Juros passivos	(6.885.459)	(339.757)
Juros sobre arrendamentos (nota ?)	(1.844.110)	(2.578.459)
Variações Cambiais passivas	(5.974.502)	(1.418.000)
Despesas com derivativos	(6.476.215)	(4.763.018)
	<u>(21.420.245)</u>	<u>(9.586.773)</u>
	<u>(7.000.225)</u>	<u>(2.480.120)</u>

24. PARTES RELACIONADAS

a) Controladoras

A Companhia é controlada em conjunto por Rumo Malha Norte S.A. e Caramuru Alimentos S.A.

b) Saldos e transações

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, assim como as transações que influenciaram o resultado dos exercícios, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações com a Companhia e suas controladoras, as quais foram realizadas para os respectivos tipos de operações:

Os saldos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 são conforme abaixo:

Contas a receber	2021	2020
Caramuru Alimentos S.A.	851.297	-
Total das contas a receber	<u>851.297</u>	<u>-</u>
Contas a pagar	2021	2020
Caramuru Alimentos S.A.	238.299	138.208
Rumo Malha Paulista S.A.	-	101.821
Elevações Portuárias S.A.	37.771	-
Total do contas a pagar	<u>276.070</u>	<u>240.029</u>

Dividendos a pagar	2021	2020
Caramuru Alimentos S.A.	-	3.851.964
Rumo Malha Norte S.A.	-	3.851.964
Total dos dividendos a pagar	-	7.703.929
Total geral	-	7.943.958

As transações ocorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 são conforme abaixo:

Caramuru Alimentos S.A.	2021	2020
Receitas:		
Receita de serviços prestados	29.802.867	21.442.760
Total das receitas de serviços prestados	<u>29.802.867</u>	<u>21.442.760</u>
Custos dos serviços prestados e despesas operacionais:		
Custos e despesas com operação portuária + Rateio CSC	(2.692.877)	(2.772.203)
Total dos custos e despesas operacionais	<u>(2.692.877)</u>	<u>(2.772.203)</u>
Rumo Malha Paulista S.A. & Elevações Portuárias S.A.	2021	2020
Custos dos serviços prestados e despesas operacionais:		
Despesas com aluguel de locomotiva	(1.221.851)	(3.122.135)
Rateio de custos CSC Intragrupo	(1.413.852)	(3.114.274)
Total dos custos e despesas operacionais	<u>(2.635.704)</u>	<u>(6.236.410)</u>

c) Remuneração da Administração

Em 2021, a remuneração do pessoal-chave da Administração totalizou R\$794.409 (R\$720.972 em 2020) e inclui salários e benefícios variáveis.

d) Compromissos contratuais com partes relacionadas

A Companhia foi contratada por Caramuru Alimentos S.A. para prestação de serviços de armazenagem, embarque de grãos para exportação em sistema de pool no terminal da contratada, localizada no Porto de Santos, de um volume estimado de 630.678 toneladas de Farelo de Soja, com tolerância de 10% para mais ou menos do contratado. A quantidade total contratada foi embarcada em 31 de dezembro de 2021, considerando o percentual de tolerância previsto no contrato.

e) Arrendamentos como arrendatário CPC 06(R2)

Considerando os requisitos da norma, a partir de 1º de janeiro de 2019, a Companhia reconheceu despesas de depreciação e juros dos arrendamentos, anteriormente registradas como despesas de arrendamento operacional. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia reconheceu R\$2.625.098 de depreciação (R\$2.321.158 em 31 de dezembro de 2020) e R\$1.844.110 (R\$2.578.459 em 31 de dezembro de 2020) de juros destes arrendamentos.

A Companhia é arrendatária de uma área localizada no Porto de Santos de aproximadamente 45.000 metros quadrados, onde suas instalações estão edificadas.

O contrato de arrendamento possui prazo de vigência até outubro de 2050.

A Companhia também é arrendatária de quatro Pás Carregadeiras e Escavadeira utilizadas para auxiliar no escoamento dos produtos que são embarcados.

Todas as cláusulas restritivas do contrato de arrendamento operacional vêm sendo plenamente atendidas pela Companhia.

i. Ativos de direito de uso

A movimentação do direito de uso, foi a seguinte:

Saldo em 31 de dezembro de 2019	34.586.890
Remensuração do Contrato de Arrendamento	2.068.386
Amortização	<u>(2.321.158)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>34.334.118</u>
Composição	
Valor do custo	38.941.280
Amortização acumulada	(4.607.162)
Imobilizado líquido	34.334.118
Saldo em 31 de dezembro de 2020	34.334.118
Remensuração do Contrato de Arrendamento	13.758.493
Amortização	<u>(2.625.098)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>45.467.513</u>

ii. Passivo de arrendamento

A movimentação do passivo de arrendamento, foi a seguinte:

Saldo em 31 de dezembro de 2019	35.422.821
Remensuração de contratos	2.068.386
Pagamento de principal	(2.578.459)
Pagamento de juros	(1.543.708)
Juros provisionados	<u>2.578.459</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>35.947.499</u>

Passivo circulante	4.220.107
Passivo não circulante	31.727.393
Saldo em 31 de dezembro de 2020	35.947.499
Remensuração de contratos	13.758.493
Pagamento de principal	(1.844.110)
Pagamento de juros	(2.846.498)
Juros provisionados	1.844.110
Saldo em 31 de dezembro de 2021	46.859.494
Passivo circulante	2.438.694
Passivo não circulante	44.420.799

Como descrito acima, a Companhia adotou como taxa de desconto dos passivos de arrendamento a sua taxa incremental de 7,36%, que é calculada como uma taxa básica de juros nominal prontamente observável, ajustada pelo risco de crédito da Companhia, aos prazos dos contratos de arrendamento e a natureza e qualidade de possíveis garantias a serem oferecidas.

De acordo com a legislação tributária vigente, a Empresa tem o direito de tomar créditos de PIS e Cofins sobre o fluxo de pagamentos para liquidação do seus passivos de arrendamento. O potencial crédito a ser tomado com base nesses fluxos de pagamentos em 31 de dezembro de 2021 é de cerca de R\$4.334.503 (R3.325.144 em 31 de dezembro de 2020).

iii. Opções de prorrogação

Alguns arrendamentos de propriedades contém opções de prorrogação exercíveis pela Companhia até um ano antes do final do período do contrato não cancelável. Sempre que possível, a Companhia procura incluir opções de extensão em novos arrendamentos para fornecer flexibilidade operacional. As opções de extensão mantidas são exercíveis apenas pela Companhia e não pelos arrendadores. A Companhia avalia na data do início do arrendamento se é razoavelmente certo o exercício das opções de extensão. A Companhia reavalia se é razoavelmente certo o exercício das opções se houver um evento significativo ou mudanças significativas nas circunstâncias que estejam sob seu controle.

25. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

- A composição dos saldos de caixa e equivalente de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrado na nota explicativa nº 8.
- Informações Suplementares:

<u>Transações que não envolveram caixa</u>	<u>31/12/2021</u>
Arrendamento mercantil direito de uso - CPC 06 (R2):	
Remensuração	13.758.493
	<u>13.758.493</u>

26. ASPECTOS AMBIENTAIS

A Companhia considera que suas instalações e atividades estão sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas, que são procedimentos técnicos/ operacionais. A administração da Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

27. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2021, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$159.360.000 (R\$147.860.000 em 31 de dezembro de 2020), referindo-se a danos materiais, responsabilidade civil com a apólice de Operador Portuário com cobertura de R\$154.050.000 e Danos Físicos a Bens Móveis e Imóveis, com cobertura de R\$55.707.298.

28. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 29 de abril de 2022.

Antônio Ismael Ballan
Diretor Operacional

Fabricio Degani
Diretor Superintendente

Ademilson Vitorino Alves
Contador
CRC 1PR 031013/O "T" SP